



Prestação de Contas 2010



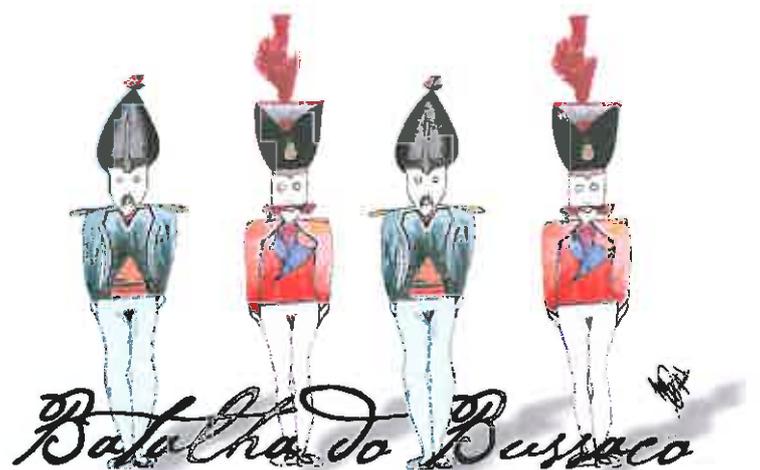
município de mealhada



ÍNDICE

Índice	2
1 - INTRODUÇÃO	4
1.1 – Nota Prévia	4
1.2 – Relatório de Actividades Desenvolvidas.....	6
2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL	20
2.1 – Execução Orçamental	20
2.2 – Execução Patrimonial	21
3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO	24
3.1 – Orçamento Global.....	24
3.2 – Orçamento da Receita	27
3.2.1 – Receitas Correntes.....	27
3.2.2 – Receitas de Capital.....	29
3.3 – Orçamento da Despesa.....	30
3.3.1 – Despesas Correntes	31
3.3.2 – Despesas de Capital	33
3.3.3 – Equilíbrio Orçamental.....	34
3.3.4 – Encargos Assumidos e Não Pagos.....	35
4 - LIMITES LEGAIS	37
4.1 – Limites ao endividamento	37
4.1.1 – Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo	37
4.1.2 – Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo.....	37
4.1.3 – Limite do Endividamento Líquido Municipal.....	38
5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	41
5.1 – Balanço	41
5.2 – Demonstração de Resultados.....	47
6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS	51
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
8.1 – Caracterização da Entidade	74
8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	74

INTRODUÇÃO



1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Nota Prévía

O presente relatório foi elaborado nos termos do ponto n.º 13 do POCAL (Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro), com observância dos pressupostos legais da legislação aplicável, de modo a facilitar uma análise detalhada e exaustiva de toda a actividade desenvolvida pelo município de Mealhada, da execução orçamental durante o ano económico de 2010 e da situação financeira e patrimonial da autarquia no final desse período.

Os documentos de prestação de contas que aqui se apresentam, para efeitos de apreciação pelos órgãos autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal (nos termos do disposto no art.º. 64, nº 2, alínea e), e 49º, nº 2, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro), traduzem os níveis de execução da actividade municipal e a situação económico-financeira do município, bem como as respectivas evoluções em relação aos exercícios anteriores.

O relatório de gestão do município de Mealhada, relativo ao ano de 2010, é o principal documento de prestação de contas. Trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e avaliação, não apenas porque evidencia a situação económica e financeira no final do período a que se reporta, mas também porque permite tirar conclusões fiáveis sobre a eficiência dos meios afectos à execução das actividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objectivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes.

O orçamento da Autarquia para 2010 foi elaborado de forma a dar cumprimento aos princípios orçamentais, contabilísticos e de controlo interno definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Assim, e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documentos de prestação de contas, entre outros, os seguintes mapas:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimento;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

O princípio do equilíbrio orçamental bem como todas as condições e formalismos legalmente exigidos, foram respeitados na execução do orçamento de 2010.

1.2 - Relatório de Actividades Desenvolvidas

O presente documento pretende demonstrar, de uma forma sintética mas clara, a actividade desenvolvida pelo executivo no exercício económico de 2010.

Considerando que no início do novo século o executivo socialista traçou a estratégia de desenvolvimento do presente milénio, toda a sua acção ao longo destes anos foi perseguir e aperfeiçoar as linhas orientadoras traçadas para a sua concretização.

Foi com este espírito que o orçamento e opções do plano de 2010 se propuseram:

- ▶ Construir uma sociedade competitiva e atractiva alavancada por sectores chave baseados nos recursos endógenos e nos factores diferenciadores do concelho;
- ▶ Criar uma sociedade conhecedora, feliz e saudável, produto de um crescente investimento na educação, no ensino, na formação profissional e pessoal, na saúde, na cultura, na juventude e no desporto;
- ▶ Construir um território ordenado e integrado através de acções directas nas áreas do urbanismo, das acessibilidades, do ambiente e da segurança;
- ▶ Participar de forma activa na rede comum do conhecimento, através de iniciativas locais de modernização e simplificação administrativa, da promoção do acesso ao conhecimento e à informação e no combate à info-exclusão;
- ▶ Construir um concelho solidário intensificando políticas de coesão e promoção de bem-estar social;

- ▶ Promover uma cidadania partilhada através da participação crítica dos cidadãos, do apoio ao empreendedorismo social, da gestão partilhada e participada, do envolvimento da população nas dinâmicas de desenvolvimento do concelho.

Para tal, apresentou um documento rigoroso e objectivo, dotado das rubricas necessárias à prossecução da estratégia definida sem descurar as necessidades correntes.

Chegados ao final do exercício económico de 2010, e no momento de apresentar contas da actividade desenvolvida, é com orgulho e vaidade que nos repetimos, afirmando que, concretizámos as nossas propostas, reforçámos o posicionamento do concelho, alicerçámos a estratégia de desenvolvimento sustentado e sustentável, aumentámos o nível de satisfação das necessidades da nossa população, alcançámos mais e melhores índices de qualidade de vida, de coesão e equidade social, tornámos o nosso território mais acolhedor e atractivo.

A coerência, a determinação, a responsabilidade, o empenho, o rigor e o sentido de oportunidade foram os ingredientes essenciais para o nível de execução atingido e para os resultados alcançados.

Num contexto de grande incerteza e apreensão, fruto de uma grave crise mundial, cujas repercussões na economia portuguesa e na necessidade de articulação de políticas e medidas, por parte do governo central, se reflectiram de forma evidente nas finanças das autarquias locais, conseguimos atingir excelentes níveis de execução, reforçar a saúde financeira do município, e acautelar o futuro do concelho e dos munícipes. O princípio do rigor e da prudência estão também bem reflectidos na acção do executivo.

Viveiros Florestais Mealhada - Parque Urbano
Edifícios



Viveiros Florestais Mealhada - Parque Urbano
Monumento Megalítico



Jardim Público da Antes



Parque Radical - Mealhada



Centro Educativo Pampilhosa





Acessos Centro Educativo Pampilhosa



Reparação e Beneficiação Bairro Social do Canedo





Requalificação Largo de S. Martinho - Arinhos



Recuperação Pontão de Várzeas



Pavimentações - Bussaco



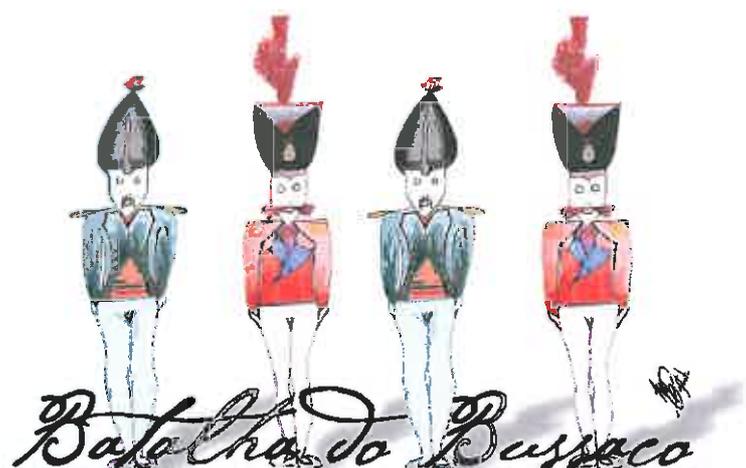
Arruamento S. Romão à Rua das Padeiras



Zona Envolvente Campo Futebol Municipal Carlos Duarte - Pampilhosa



*ANÁLISE SUMÁRIA DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
E PATRIMONIAL*





2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Neste ponto irá proceder-se a uma breve síntese das componentes relativas à execução orçamental e patrimonial do ano de 2010, designadamente, no que respeita ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

2.1 - Execução Orçamental

Receitas

No início do ano de 2010, o orçamento da receita importava em 18.630.860 euros. Com o processo das modificações orçamentais, foi reforçado em 195.126 euros, pela inclusão do saldo de gerência de 2009, passando o montante global da receita a ser 18.825.986 euros.

A receita cobrada pelo Município totalizou **16.306.409** euros, dos quais 10.926.458 euros são receitas de natureza corrente, 5.134.392 euros de capital e 245.559 euros outras receitas.

Em termos globais a receita atingiu uma execução orçamental de 87%, sendo a execução da receita corrente e de capital, respectivamente de 96% e 71%.

Principais fontes de receita:

	Valor	%
▶ Fundos municipais	5.802.141	35,58
▶ Fundos Comunitários	2.693.746	16,52
▶ Venda bens e serviços	2.585.538	15,86



Despesas

O orçamento da despesa foi aprovado com uma dotação de 18.630.860 euros. Na medida em que foi reforçado pelo montante de 145.000 euros, durante o ano económico em análise, encerrou com uma dotação de 18.775.860 euros, dos quais foram comprometidos 16.408.500 euros, realizados 14.738.428 euros e pagos 14.738.428 euros.

A despesa, em termos de valores globais, atingiu uma execução orçamental de 79%. À semelhança do que aconteceu com a receita, também ao nível da despesa, a execução corrente (94%) é mais significativa que a execução de capital (62%).

O Município de Mealhada termina, pelo quinto ano consecutivo, mais um exercício económico sem qualquer dívida orçamental.

Principais agregados da despesa:

	Realizada	%	Paga	%
▶ Despesas com pessoal	5.285.839	35,86	5.285.839	35,86
▶ Investimentos	4.409.930	29,92	4.409.930	29,92
▶ Aquisição bens e serviços	3.225.069	21,88	3.225.069	21,88

2.2 - Execução Patrimonial

Balanço

O activo atingiu o valor de 69.324.553 euros, composto, essencialmente, por imobilizações (94,44%). O passivo, incluindo os acréscimos e diferimentos, situou-se em 9.046.593 euros e os fundos próprios em 60.277.960 euros.

Demonstração de Resultados



Os proveitos e ganhos do exercício atingiram o valor de 13.694.369 euros e os custos e perdas de 12.745.487 euros, obtendo-se, desta forma, um Resultado Líquido do Exercício de 948.882 euros, tendo contribuído favoravelmente para o reforço da situação patrimonial municipal, à semelhança do verificado em anos anteriores.

Operações de Tesouraria

Em relação às operações de tesouraria obteve-se, no final do exercício, um saldo para a gerência seguinte de 408.165 euros. Aquele valor resultou do saldo transitado da gerência anterior de 501.915 euros e dos movimentos de entradas e saídas de operações de tesouraria, que totalizaram 1.052.834 euros e 1.146.584 euros, respectivamente.

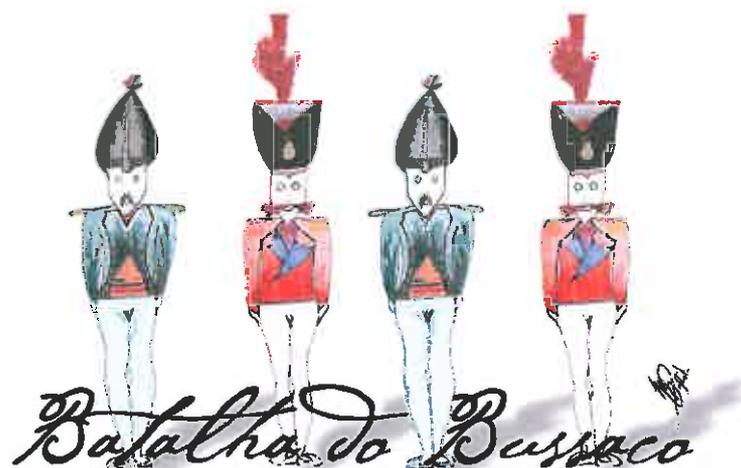
Contas de Ordem

O montante de garantias e cauções, tituladas por papel, prestadas por terceiros, foi de 483.052 euros. Uma vez que o saldo transitado de 2009 foi de 5.480.949 euros e que durante a gerência foram devolvidos 773.420 euros, o saldo final de garantias e cauções resultou em 5.190.581 euros.

Saldos de gerência de 2010 para 2011

	Valor
▶ Saldo de execução orçamental	1.588.306
▶ Saldo de operações de tesouraria	408.165
▶ Saldo de garantias e cauções	5.190.581

*EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
ESTRUTURA E EVOLUÇÃO*



3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO**3.1 - Orçamento Global**

A comparação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da fiabilidade dos orçamentos apresentados e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efectivamente arrecadado.

Daquela comparação obtêm-se as variações expressas no quadro abaixo indicado, que resultaram em taxas de execução de despesa e de receita, de 78,50% e 86,62%, respectivamente.

Quadro nº 1
Execução do Orçamento para o Ano de 2010

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (c)	DESVIO (c) - (b)	TAXA DE EXECUÇÃO
	INICIAL (a)	FINAL (b)			
RECEITAS	18.630.860,00	18.825.986,25	16.306.408,69	-2.519.577,56	86,62%
Correntes	11.416.220,00	11.416.220,00	10.926.457,83	-489.762,17	95,71%
Capital	7.214.639,00	7.214.639,00	5.134.391,98	-2.080.247,02	71,17%
Rep. não abat. nos pag.	1,00	1,00	50.432,63	50.431,63	5043263,00%
Saldo gerência anterior		195.126,25	195.126,25	0,00	100,00%
DESPESAS	18.630.860,00	18.775.860,00	14.738.428,39	-4.037.431,61	78,50%
Correntes	9.538.916,00	9.683.916,00	9.100.946,59	-582.969,41	93,98%
Capital	9.091.944,00	9.091.944,00	5.637.481,80	-3.454.462,20	62,01%

O Município de Mealhada continua a manter um efectivo controlo do orçamento, espelhado pelas elevadas taxas de execução obtidas.

A cobrança verificada ao nível da receita atingiu o montante de 16.306.409 euros, tendo-se arrecadado 10.926.458 euros (67%) de receitas correntes e 5.134.392 euros (31%) de receitas de capital.



Do atrás exposto resultam elevadas taxas de execução quer ao nível das receitas correntes (95,71%) quer das de capital (71,17%).

O empenho desta Autarquia na concretização dos objectivos a que se propôs para o exercício económico de 2010, está, de igual forma, reflectido no grau de execução alcançado ao nível das despesas (78,50%).

Atentando ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e de capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Quadro nº 2 Evolução Orçamental

DESIGNAÇÃO	ANO 2009	ANO 2010	EVOLUÇÃO %
RECEITAS	16.075.840,23	16.306.408,69	1,43
Correntes	11.543.716,12	10.926.457,83	-5,35
Capital	3.125.372,34	5.134.391,98	64,28
Outras receitas	1.406.751,77	245.558,88	-82,54
DESPESAS	15.970.401,58	14.738.428,39	-7,71
Correntes	8.977.619,63	9.100.946,59	1,37
Capital	6.992.781,95	5.637.481,80	-19,38

Da análise à evolução da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das receitas de capital, que registaram um aumento absoluto na ordem de 2 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de crescimento de cerca de 64%.

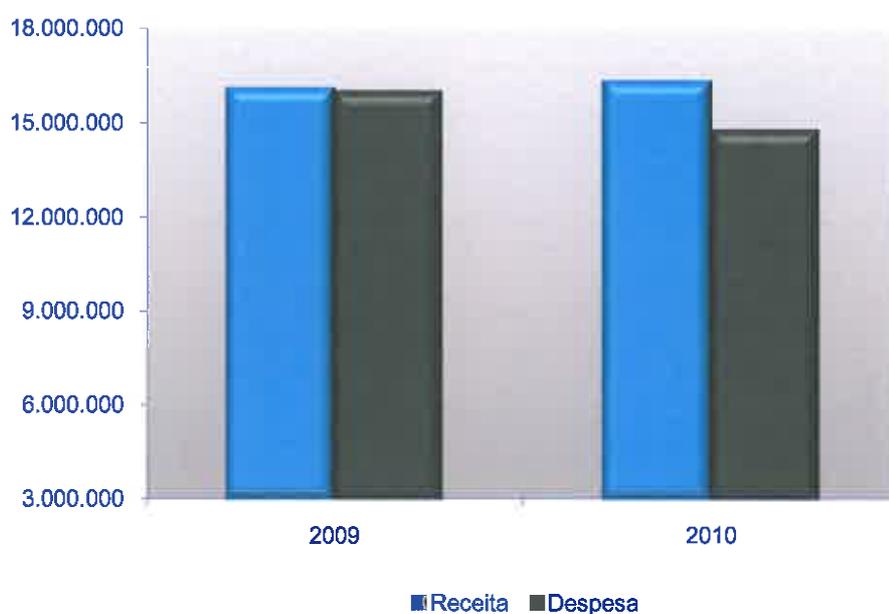
No que respeita o nível das despesas totais do Município observa-se, no ano em apreço, uma redução relativamente ao ano anterior. Não obstante, tal redução não se deve a uma diminuição da realização de obra, mas sim à limitação imposta pelo valor total das receitas arrecadadas. De facto, e como

facilmente se verifica, as despesas totais representam 90% do total das receitas do Município.



O gráfico a seguir apresentado evidencia a evolução verificada nos últimos dois anos:

Gráfico nº1
Evolução Orçamental





3.2 - Orçamento da Receita

No presente ponto será feita uma análise do desempenho da receita ao nível da previsão e da cobrança, eventuais desvios, bem como a taxa de execução alcançada, tendo como referência a apreciação da estrutura orçamental.

Atendendo à sua expressão financeira, no conjunto das receitas do Município, merecerão especial destaque as transferências, a venda de bens e serviços e as receitas fiscais.

3.2.1 - Receitas Correntes

Com uma taxa de execução de 96% nas receitas correntes, que pela sua natureza, assumem uma função bastante importante na gestão financeira da Autarquia, foi possível, uma vez mais, financiar um conjunto relevante de despesas obrigatórias do Município.

De facto, o total de receita corrente cobrada de 10.926.458 euros, permitiu suportar o total das despesas correntes realizadas e ainda obter uma parcela bastante significativa para a realização de investimentos (1.825.511 euros).

A execução do orçamento do Município de Mealhada cumpre, deste modo, o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Implicitamente este princípio determina que um dos objectivos da gestão autárquica é a regra do equilíbrio orçamental corrente, podendo, no entanto, existir um excesso de receita corrente a afectar a despesas de capital.

Efectivamente houve, no exercício de 2010, a formação de uma poupança corrente que permitiu financiar as despesas de capital.

Quadro nº 3

Estrutura e Execução das Receitas Correntes



COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
1	Impostos directos	2.449.801,00	21,46	1.734.332,83	15,88	-715.468,17	70,79
2	Impostos indirectos	202.156,00	1,77	206.097,52	1,89	3.941,52	101,95
4	Taxas, multas e outras penalidades	284.539,00	2,49	233.015,17	2,13	-51.523,83	81,89
5	Rendimentos de propriedade	614.452,00	5,38	723.515,69	6,62	109.063,69	117,75
6	Transferências correntes	5.471.759,00	47,93	5.429.437,34	49,69	-42.321,66	99,23
7	Venda de bens e serviços	2.393.508,00	20,97	2.585.537,98	23,66	192.029,98	108,02
8	Outras receitas correntes	5,00	0,00	14.521,30	0,13	14.516,30	290426,00
TOTAL		11.416.220,00	100,00	10.926.457,83	100,00	-489.762,17	95,71

A estrutura e a execução da receita corrente, representada no quadro nº 3, permitem verificar que as receitas municipais com maior peso estrutural, relativamente ao cômputo geral da receita corrente, representando 93,25% das receitas cobradas, são as transferências correntes, venda de bens e serviços e receitas fiscais.

A análise do quadro, permite ainda constatar que os recursos locais, propriamente ditos, totalizaram 4.758.984 euros, representando 43,56% dos recursos correntes da Autarquia - é a chamada "receita própria" que, ao agregar o conjunto das receitas municipais arrecadadas, sem qualquer dependência de entidades terceiras, deixa transparecer o seu grau de auto financiamento.

As transferências correntes, com um peso de 49,69%, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Fixa no IRS, bem como outras transferências, das quais se destacam as provenientes da transferência de competências em matéria de educação.



O capítulo **venda de bens e serviços**, com um peso de 23,66%, no total da receita cobrada, reflecte a importância dada, pelo Município, ao desenvolvimento das suas competências e actividades, na prossecução do interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades colectivas das populações, nomeadamente no que respeita aos domínios sociais, económicos, culturais e desportivos.

No que respeita ao grau de execução, atingiram-se elevadas taxas de realização em todos os capítulos. Este facto foi essencial para atingir uma taxa de execução total de 95,71%.

3.2.2 - Receitas de Capital

O núcleo essencial das receitas de capital continua a ser o das transferências, que apresenta uma percentagem de 91,96% do total das receitas cobradas. Na realidade, aquele capítulo, com uma taxa de execução de 93%, foi determinante para o valor, bastante satisfatório, alcançado pelas receitas de capital (71,17%).

No seguimento desta análise, verificamos que o capítulo venda de bens de investimento apresenta um desvio negativo de 1,78 milhões de euros relativamente ao valor previsto. A disparidade observada entre os valores orçados e cobrados, não pode ser imputada à falta de rigor na elaboração do orçamento, mas antes a circunstâncias muito concretas do contexto económico e financeiro nacional e internacional.

Todo o exposto poderá ser constatado no quadro nº 4, que a seguir se apresenta.

Quadro nº 4

Estrutura e Execução das Receitas de Capital



COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXEC. %
9	Venda de bens Investimento	1.800.004,00	24,95	18.976,81	0,37	-1.781.027,19	1,05
10	Transferências de capital	5.054.632,00	70,06	4.721.453,82	91,96	-333.178,18	93,41
11	Activos financeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
13	Outras receitas de capital	360.001,00	4,99	393.961,35	7,67	33.960,35	109,43
TOTAL		7.214.639,00	100,00	5.134.391,98	100,00	-2.080.247,02	71,17

3.3 - Orçamento da Despesa

Neste ponto efectuar-se-á a análise da despesa na óptica da classificação económica, que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas - correntes ou de capital - quer a sua natureza - custos com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, etc.

Desta forma, será feita uma comparação entre os valores orçamentados e os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios. Este estudo, que terá por base as despesas efectuadas (valores contabilizados nos mapas de execução orçamental), irá abordar também a despesa assumida e não paga até ao final do ano económico.

O quadro nº 5 resume, na óptica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada pelo Município, comparando os valores previstos com os realmente pagos.

Quadro nº 5 Estrutura e Execução da Despesa



CAPÍTULOS	DESPESA ORÇADA	%	DESPESA PAGA	%	DESVIDO	TAXA EXECUÇÃO %
Despesas correntes	9.683.916,00	51,58	9.100.946,59	61,75	-582.969,41	93,98
01-Despesas pessoal	5.354.971,00	55,30	5.285.838,67	58,08	-69.132,33	98,71
02-Aquis. Bens/serviços	3.711.002,00	38,32	3.225.069,19	35,44	-485.932,81	86,91
03-Juros outros encarg.	53.733,38	0,55	53.712,45	0,59	-20,93	99,96
04-Transf. correntes	441.658,62	4,56	426.165,34	4,68	-15.493,28	96,49
06-Out. desp. correntes	122.551,00	1,27	110.160,94	1,21	-12.390,06	89,89
Despesas de capital	9.091.944,00	48,42	5.637.481,80	38,25	-3.454.462,20	62,01
07-Aquis. bens capital	7.825.207,00	86,07	4.409.929,70	78,22	-3.415.277,30	56,36
08-Transf. de capital	581.247,00	6,39	542.798,92	9,63	-38.448,08	93,39
09-Activos financeiros	7,00	0,00	0,00	0,00	-7,00	0
10-Passivos financeiros	685.481,00	7,54	684.753,18	12,15	-727,82	99,89
11-Out. desp. capital	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0
TOTAL	18.775.860,00	100	14.738.428,39	100	-4.037.431,61	78,50

No ano económico de 2010 as despesas totais pagas pelo Município de Mealhada ascenderam a 14.738 milhares de euros, dos quais 38,25% reportam a despesas de capital. No que respeita ao total da despesa, obteve-se uma taxa de execução de cerca de 79%. Para tal contribuíram as elevadas taxas de execução quer ao nível das despesas correntes (93,98%), quer ao nível das despesas de capital (62,01%).

3.3.1 - Despesas Correntes

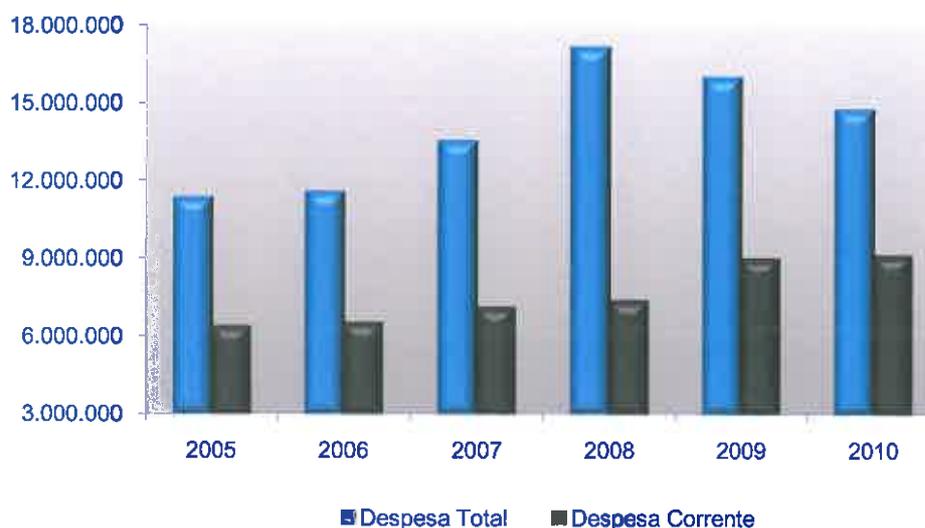
Relativamente às despesas correntes verifica-se uma execução orçamental de 93,98%. As despesas correntes pagas atingiram, no exercício de 2010, um total de 9.100 milhares de euros, representando cerca de 62% das despesas totais.



Mais uma vez, a análise da estrutura destas despesas, permite destacar a importância das despesas com pessoal, que representam 55,30% da despesa corrente orçada e 58,08% da despesa corrente paga, com uma taxa de execução que atinge os 98,71%. Esta rubrica, em conjunto com as aquisições de bens e serviços, representa 93,52% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, em termos absolutos, estas são as que apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Este desvio resulta do esforço de optimização dos recursos financeiros, ao longo do ano, em parte resultado da centralização da função compras bem como da utilização da plataforma electrónica de compras.

Gráfico nº2
Evolução Despesa Corrente





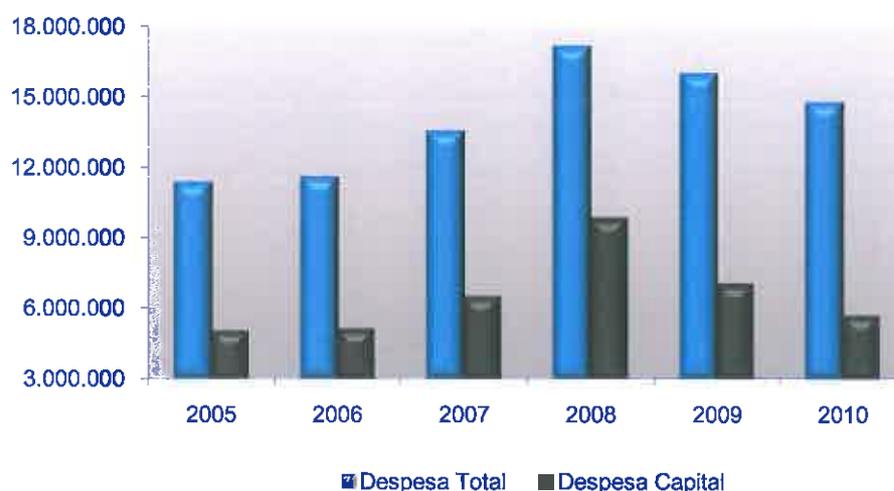
3.3.2 - Despesas de Capital

As despesas de capital, que representam cerca de 38% das despesas totais, alcançaram no exercício de 2010, um total pago de 5.637.482 euros, atingindo uma taxa de execução de 62%.

Do conjunto das despesas de capital, as mais representativas são as referentes ao capítulo 07 - Aquisição de bens de capital, com um valor de 4.409.930 euros, constituindo, deste modo, um dos agrupamentos de despesa que maior dotação de recursos absorveu durante o ano de 2010, cerca de 30%.

Verifica-se, mais uma vez, o empenho deste Executivo na realização de obra, canalizando o maior número de fundos para despesas de investimento.

Gráfico nº3
Evolução Despesa Capital



3.3.3 - Equilíbrio Orçamental



O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, tal como já referido neste relatório.

Os valores orçamentados pelo Município de Mealhada previam uma poupança corrente de 1.732.304 euros. No entanto, a poupança corrente executada foi de cerca de 1.825.511 euros, superior em 93.207 euros relativamente ao previsto.

Efectivamente, o Município de Mealhada cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, tendo gerado, ainda, uma poupança corrente que permitiu financiar 32,38% das despesas de capital.

Gráfico nº4
Poupança Corrente



3.3.4 - Encargos Assumidos e Não Pagos



Quadro nº 6
Posição da Despesa

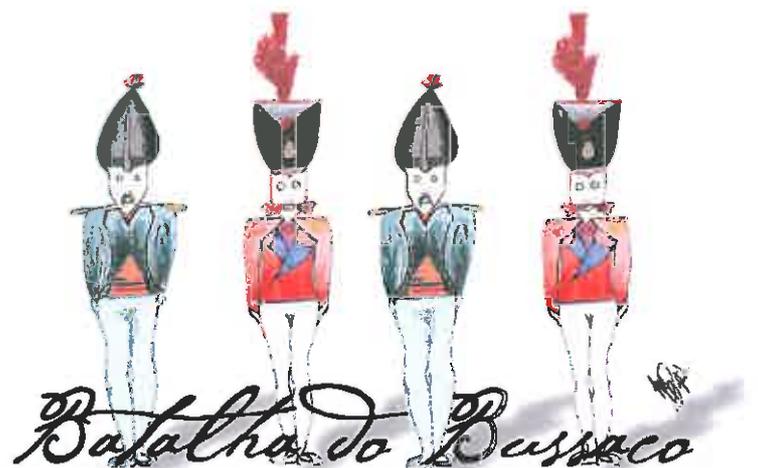
DESIGNAÇÃO	ORÇADA	FACTURADA	PAGA	DÍVIDA	TAXA REALIZAÇÃO
Despesas correntes	9.683.916,00	9.100.946,59	9.100.946,59	0,00	100,00%
Despesas capital	9.091.944,00	5.637.481,80	5.637.481,80	0,00	100,00%
Total	18.775.860,00	14.738.428,39	14.738.428,39	0,00	100,00%

A leitura dos montantes da despesa orçada, facturada e paga, evidenciada no quadro nº 6, permite inferir o nível de execução orçamental na ordem dos 78,50%, quando comparada a despesa orçada com a efectivamente paga.

Contudo, comparando o total da despesa realizada (despesa facturada) com a despesa paga, verifica-se uma taxa de realização de 100%.

Esta taxa de realização reflecte a política seguida por este Município em termos de cumprimento atempado das suas obrigações, o que, para além de se revelar uma boa estratégia nomeadamente no que respeita ao endividamento municipal, traduz-se num forte impulso ao desenvolvimento do tecido económico-social, não penalizando, assim, os agentes económicos que com este Município estabelecem relações contratuais.

LIMITES LEGAIS





4 - LIMITES LEGAIS

4.1 - Limites ao endividamento

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 76º, do Decreto - Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, o qual estabelece as disposições necessárias à Execução do Orçamento do Estado para 2010, conjugado com a Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, foram calculados por este Município, de acordo com o disposto nos artigos 37º e 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), os limites de endividamento municipal para 2010, que a seguir se indicam:

	Montante
▶ Limite ao endividamento de curto prazo	791.747,02
▶ Limite ao endividamento de médio e longo prazo	7.917.470,19
▶ Limite ao endividamento líquido	10.078.422,36

Demonstra-se agora o cumprimento de cada um daqueles limites, pelo Município, no exercício económico de 2010.

4.1.1 - Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo

No ano 2010, o Município de Mealhada, não contraiu qualquer empréstimo de curto prazo.

4.1.2 - Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo

O nº 2, do artigo 39º, da Lei das Finanças Locais estabelece que o montante da dívida de cada Município referente a empréstimos a médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados



das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Dado que:

- ▶ O montante em dívida com empréstimos de médio e longo prazo, no final de 2010, foi de 2.515.139,33 euros. Não foi considerada a dívida dos empréstimos contraídos ao BPI e à CCAM, por se encontrarem excluídos do limite consagrado no nº 2 do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.

- ▶ O montante das receitas a considerar para efeitos do cálculo dos limites de endividamento é de 7.917.470,19 euros.

Verifica-se, assim, que o Município de Mealhada dispõe de uma confortável capacidade de endividamento que, por si só, garante a concretização dos projectos ambiciosos do executivo.

4.1.3 - Limite do Endividamento Líquido Municipal

O endividamento líquido municipal encontra-se definido no nº 1, do artigo 36º, da Lei das Finanças Locais, como a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Em conformidade com as disposições do artigo 37º daquele diploma, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

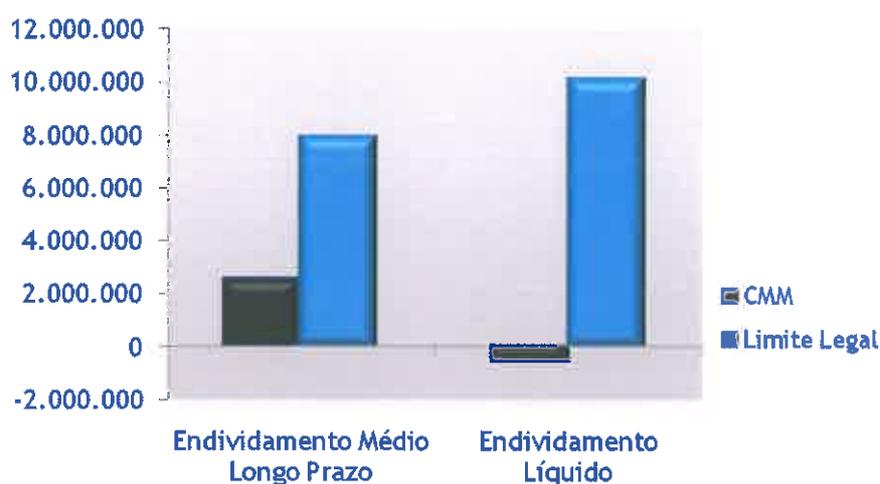


No que respeita ao Município de Mealhada, o endividamento líquido reportado a 2010 foi de -543.665,57 euros (Passivos - Activos). Tendo em conta o estabelecido por lei, mais uma vez, e à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, o Município de Mealhada manteve o seu endividamento em valores muito aquém do limite, situação que revela a perfeita saúde financeira do Município e a capacidade de se lançar nos grandes desafios que se propõe para o futuro próximo.

$$125\% \times 7.917.470,19 = 10.078.422,36$$

Pelo exposto, e não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento do Estado, constata-se que a gestão da dívida deste Município, se tem pautado por princípios de rigor e forte controlo.

Gráfico nº5
Situação Face aos Limites



ANÁLISE
ECONÓMICO-FINANCEIRA



5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA



A análise económico-financeira sintetiza os resultados obtidos pelo Município de Mealhada, reportados a 31 de Dezembro de 2010.

5.1 - Balanço

O balanço espelha a actividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, demonstra os seus bens, direitos e obrigações.

A actividade de um Município reveste-se de aspectos muito particulares, bem distintos da actividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto aquelas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objectivo final da maximização do lucro, boa parte da actividade dos municípios está concentrada na construção/aquisição de imobilizado e na prestação de serviços, com o fim último de contribuir para a maximização da satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma para a melhoria de qualidade de vida das populações.

BALANÇO			
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio público	39.563.414,35	Património	32.898.965,42
Imobilizações incorpóreas	366.747,71	Reservas	4.793.680,94
Imobilizações corpóreas	24.291.610,80	Resultados transitados	21.636.431,07
Investimentos financeiros	1.246.953,48	Resultado líquido do exercício	948.882,42
Circulante		Passivo	
Existências	185.802,38	Dívidas a terceiros - M/L prazo	3.078.528,68
Dívidas de terceiros - curto prazo	1.146.742,12	Dívidas a terceiros - curto prazo	416.054,65
Depósitos em inst. financ. e caixa	1.996.470,94	Acréscimos e diferimentos	5.552.009,52
Acréscimos e diferimentos	526.810,92		
Total do Activo	69.324.552,70	Total dos F. Próprios + Passivo	69.324.552,70

Numa primeira análise do balanço e de alguns indicadores financeiros, destaca-se o seguinte:



- ▶ O imobilizado líquido total ascende a 65.468.726 euros, o que significa que, comparativamente a 2009, cresceu 1.114.584 euros;
- ▶ O endividamento é relativamente reduzido, representando apenas cerca de 5,04% do Activo. O que vem de encontro ao que já se referiu neste relatório relativamente ao baixo nível de endividamento deste Município;
- ▶ Na estrutura de endividamento (curto prazo vs médio e longo prazo), regista-se um baixo peso da dívida de curto prazo, 0,60% do Activo. Saliente-se, ainda, que os valores da dívida de curto prazo dizem apenas respeito a reforços de garantias ou cauções prestadas por fornecedores de imobilizado e a operações de tesouraria.
- ▶ A autonomia financeira é atípicamente elevada, com um rácio de cerca de 87%.

De acordo com o apresentado, facilmente se conclui que este Município possui uma inegável robustez financeira. Em relação aos equilíbrios das contas, nas perspectivas de curto ou médio e longo prazo, e face à excelente capacidade de gestão demonstrada há já vários anos, pode-se afirmar que as questões de ordem financeira não comprometem a vida futura.

Seguidamente proceder-se-á à análise da estrutura patrimonial da Autarquia, bem como da sua evolução no exercício de 2010, face ao exercício de 2009.



Quadro nº 7
Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2009	PESO	BALANÇO 2010	PESO	VARIAÇÃO	%
Imobilizado	64.354.141,91	96,34	65.468.726,34	94,44	1.114.584,43	1,73
Existências	188.022,14	0,28	185.802,38	0,27	-2.219,76	-1,18
Dívidas de terceiros	936.666,94	1,40	1.146.742,12	1,65	210.075,18	22,43
Disponibilidades	697.041,52	1,04	1.996.470,94	2,88	1.299.429,42	186,42
Acréscimos e diferimentos	628.350,48	0,94	526.810,92	0,76	-101.539,56	-16,16
Activo	66.804.222,99	100	69.324.552,70	100	2.520.329,71	3,77
Património	32.898.965,42	55,46	32.898.965,42	54,58	0,00	0,00
Reservas	4.698.191,40	7,92	4.793.680,94	7,95	95.489,54	2,03
Resultados	21.703.732,61	36,60	22.585.313,49	37,47	881.580,88	4,06
Fundos Próprios	59.300.889,43	100	60.277.959,85	100	977.070,42	1,65
Dívidas a 3ºs m/l prazo	3.763.281,86	50,16	3.078.528,68	34,03	-684.753,18	-18,20
Dívidas a 3ºs c/ prazo	515.843,89	6,87	416.054,65	4,60	-99.789,24	-19,34
Acréscimos e diferimentos	3.224.207,81	42,97	5.552.204,99	61,37	2.327.997,18	72,20
Passivo	7.503.333,56	100	9.046.788,32	100	1.543.454,76	20,57

Para uma melhor compreensão da tendência evolutiva da posição financeira e patrimonial da Autarquia, apresenta-se de seguida um estudo de cada um dos elementos constitutivos.

A - Estrutura do Activo

A1 - O imobilizado apresenta uma variação, em termos absolutos, de 1.114.584 euros à qual correspondeu um acréscimo de 1,73%. Este aumento reflecte o investimento continuado do Município, nos diversos objectivos e programas definidos no plano plurianual de investimento.

A2 - Os valores contabilizados como dívidas de terceiros, no final de 2010, correspondem a duas situações distintas:



- ▶ Dívidas de clientes, contribuintes e utentes, referentes a diversos serviços prestados pela Autarquia;
- ▶ Dívidas de outros devedores, referentes à obtenção de participações financeiras, relativas a projectos já aprovados, tais como o Centro Educativo da Pampilhosa, Requalificação Viveiros Florestais de Mealhada/Parque Urbano, Requalificação Urbana da Vila do Luso, Infraestruturas Zona Industrial Bairrada/Pedrulha - 2ª Fase, Implementação de redes de área local e instalação de quadros interactivos nas escolas do 1º CEB e Requalificação do Bairro Social do Canedo.

A3 - Quanto às disponibilidades, estas apresentam um valor de 1.996.471 euros que se divide em saldo de gerência orçamental e de operações de tesouraria, respectivamente nos montantes de 1.588.306 euros e de 408.165 euros.

A4 - Em obediência ao princípio da especialização do exercício, os acréscimos e diferimentos reflectem os proveitos a reconhecer no exercício, mas cuja receita só irá ocorrer em exercícios posteriores, e os custos que devem ser reconhecidos em exercícios seguintes, num total de 495.318 euros e 31.493 euros, respectivamente.

B - Estrutura dos Fundos Próprios

A variação de 1,65%, face ao exercício de 2009, espelha o aumento dos resultados do exercício de cerca de 882 mil euros.

Nos termos dos pontos 2.7.3.1., 2.7.3.2., 2.7.3.3. e 2.7.3.4. do POCAL, os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 - Resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido para que a conta 51 - Património corresponda a 20% do activo líquido.



Ora, dado que na actual situação, o valor registado naquela conta corresponde a 47,46% do activo líquido, a Autarquia não estará obrigada a reforçar a conta 51 - Património. Deverá, no entanto, e nos termos do ponto 2.7.3.5. do POCAL, constituir um reforço da conta 571 - Reservas legais, no valor de 47.444,12 euros, correspondente a um valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Para uma melhor compreensão da formação do resultado líquido, salienta-se que uma parte significativa da receita não é canalizada para gastos correntes (custos do exercício), mas sim para investimentos, contabilizados na classe 4 do POCAL (imobilizado). Só uma parte desta despesa de investimento é transferida anualmente para custos, por via das amortizações do exercício. Como a maioria da receita é lançada na classe 7 (proveitos), mas parte substancial da despesa vai à classe 4, é gerado um resultado líquido positivo.

C - Estrutura do Passivo

C1 - As dívidas a terceiros de médio/longo prazo diminuíram cerca de 18,20%, resultado, não só das amortizações ao capital em dívida, no valor de 684.753 euros, mas também da não contratação de novos empréstimos.

C2 - No que respeita às dívidas a terceiros de curto prazo, o seu valor deve-se essencialmente a reforços de **garantias ou cauções** prestadas por fornecedores de imobilizado e operações de tesouraria correspondentes a cobranças efectuadas pela Autarquia a favor de terceiros no mês de Dezembro de 2010, com prazo de pagamento em 2011.

C3 - Relativamente aos acréscimos e diferimentos constantes do passivo, estes são compostos por acréscimos de custos e proveitos diferidos. Os acréscimos de custos correspondem a custos relativos ao ano de 2010 e a reconhecer neste exercício, mas cuja despesa só será incorrida em 2011,

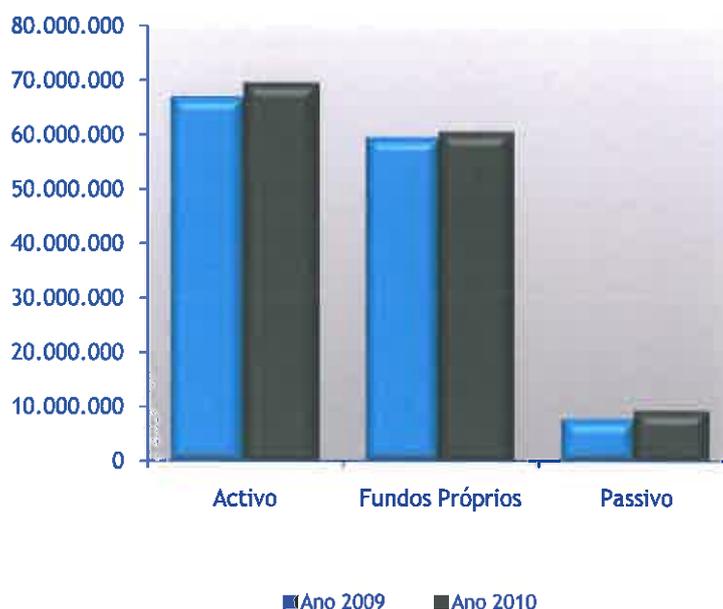
nomeadamente direitos de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais dos funcionários do Município.



Os proveitos diferidos no montante de 4.739.219 euros, incluem o valor referente a subsídios para investimento associados a bens amortizáveis, a transferir sistematicamente para uma conta de proveitos extraordinários, durante o período de vida útil dos bens financiados, à medida que estes vão sendo amortizados.

Cumpre-se, deste modo, o princípio da especialização do exercício.

Gráfico nº 6
Evolução Patrimonial da Autarquia
2009/2010





5.2 - Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de uma Autarquia, durante um determinado período e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados e, conseqüentemente, a “performance” dos seus responsáveis. É elaborada tendo em conta o princípio contabilístico da especialização do exercício, em que os custos e os proveitos são reconhecidos quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Quadro nº 8
Estrutura e Evolução da Demonstração de Resultados

DESCRIÇÃO	2009	PESO	2010	PESO	VARIAÇÃO	%
CMVMC	375.873,82	2,98	247.703,30	1,94	-128.170,52	-34,10
Fornecimentos e serviços externos	2.772.109,01	22,02	3.005.488,15	23,58	233.379,14	8,42
Custos com pessoal	5.427.618,00	43,10	5.279.723,06	41,42	-147.894,92	-2,72
Trans. subs. correntes concedidos	456.473,98	3,63	426.713,77	3,35	-29.760,21	-6,52
Amortizações do exercício	2.711.605,90	21,53	3.140.991,43	24,64	429.385,53	15,84
Outros custos e perdas operacionais	1.998,49	0,02	0,00	0,00	-1.998,49	-100,00
Custos e perdas financeiros	221.289,62	1,76	88.709,02	0,70	-132.580,60	-59,91
Custos e perdas extraordinários	624.583,94	4,96	556.158,12	4,37	-68.425,82	-10,96
Total dos custos	12.591.552,76	100,00	12.745.486,67	100,00	153.934,11	1,22
Vendas e prestações de serviços	2.294.192,71	16,46	2.347.343,91	17,14	53.151,20	2,32
Impostos e taxas	2.881.286,97	20,68	2.163.555,74	15,81	-717.731,23	-24,91
Trabalhos para própria entidade	8.312,56	0,06	0,00	0,00	-8.312,56	-100,00
Transferências e subsídios obtidos	7.550.497,23	54,18	7.464.559,58	54,51	-85.937,65	-1,14
Outros prov. e ganhos operacionais	9.848,22	0,07	6.140,72	0,04	-3.707,50	-37,65
Proveitos e ganhos financeiros	1.101.692,66	7,91	733.188,02	5,35	-368.504,64	-33,45
Proveitos e ganhos extraordinários	89.753,24	0,64	979.581,32	7,15	889.828,08	991,42
Total dos proveitos	13.935.583,59	100,00	13.694.369,29	100,00	-241.214,30	-1,73



Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2010, apresentam no seu conjunto uma variação de cerca 154 mil euros, relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal e com amortizações são os que apresentam um maior peso no total dos custos do exercício (66,06%). Em termos de variação, a rubrica amortizações do exercício, é a que regista um maior aumento. Este aumento resulta essencialmente da inclusão de novos activos na rubrica outras construções e infra-estruturas, originado pela transferência de imobilizações em curso de cerca de 7 milhões de euros.

Os proveitos e ganhos registaram o montante de 13.694.369 euros. Os proveitos operacionais, os quais resultam da actividade corrente da autarquia, representam cerca de 88% do montante total dos proveitos. Os proveitos e ganhos extraordinários têm pouco significado, pois representam apenas 7% dos proveitos totais, o mesmo acontece com os proveitos e ganhos financeiros, com um peso de 5%.

No exercício económico de 2010, o Município de Mealhada encerrou as suas contas com um resultado líquido de 948.882 euros.

RESULTADOS	2009	2010
Resultados operacionais (A)	998.458,49	1.119.019,78
Resultados financeiros (B)	880.403,04	644.479,00
Resultados correntes (A) + (B)	1.878.861,53	525.459,22
Resultados Extraordinários (C)	-534.830,70	423.423,20
Resultado Líquido do Exercício (A) + (B) +(C)	1.344.030,83	948.882,42

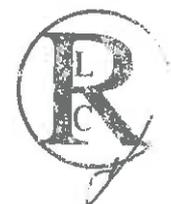
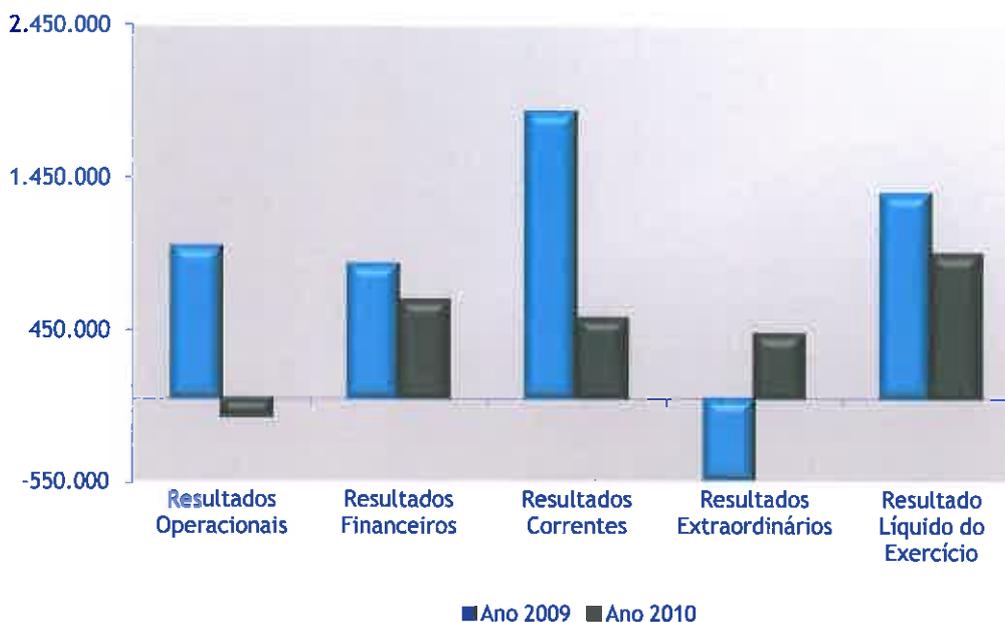


Gráfico nº 7
Evolução Resultados



RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS





6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

Grau de Cobertura Global das Despesas

Receita Total / Despesa Total	
Receita Total	16.306.408,69
Despesa Total	14.738.428,39
Grau de Cobertura	110,64 %

Este rácio mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.

Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso a Crédito

Receita Total - Passivos Financeiros / Despesa Total	
Receita Total - Passivos Financeiros	16.306.408,69
Despesa Total	14.738.428,39
Grau de Cobertura	110,64 %

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos de terceiros. Refira-se que no ano de 2010 não houve recurso ao crédito.

Grau de Cobertura da Despesa Total pelos Recursos Locais

Recursos Locais / Despesa Total	
Recursos Locais	4.758.983,50
Despesa Total	14.738.428,39
Grau de Cobertura	32,29 %



Peso dos Recursos Locais na Receita Total

Recursos Locais / Receita Total	
Recursos Locais	4.758.983,50
Receita Total	16.306.408,69
Peso	29,18 %

Peso das Transferências Comunitárias na Receita Total

Transferências Comunitárias / Receita Total	
Transf. Correntes e Capital do Exterior	2.693.746,24
Receita Total	16.306.408,69
Peso	16,52 %

Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total

Despesas com Pessoal / Despesa Total	
Despesas com Pessoal	5.285.838,67
Despesa Total	14.738.428,39
Peso	35,86 %

Peso do Investimento na Despesa de Capital

Investimento / Despesa Capital	
Investimento	4.409.929,70
Despesa de Capital	5.637.481,80
Peso	78,23 %



Peso dos Passivos Financeiros na Despesa Total

Passivos Financeiros / Despesa Total	
Passivos Financeiros	684.753,18
Despesa Total	14.738.428,39
Peso	4,65 %

Peso das Despesas Correntes na Despesa Total

Despesas Correntes / Despesa Total	
Despesas Correntes	9.100.946,59
Despesa Total	14.738.428,39
Peso	61,75 %

Peso das Despesas de Capital na Despesa Total

Despesas Capital / Despesa Total	
Despesas Capital	5.637.481,80
Despesa Total	14.738.428,39
Peso	38,25 %

Endividamento

Dívidas a 3 ^{os} / Fundos Próprios e Passivo	
Dívidas a 3 ^{os}	3.494.583,33
Fundos Próprios e Passivo	69.324.552,70
Peso	5,04 %



Peso do Endividamento a Médio e Longo Prazo

Dívidas a 3ºs M/L Prazo / Fundos Próprios e Passivo	
Dívidas a 3ºs Médio/Longo Prazo	3.078.528,68
Fundos Próprios e Passivo	69.324.552,70
Peso	4,44%

Grau de Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes

Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido Total	
Capitais Permanentes	63.356.488,53
Imobilizado Líquido Total	65.468.726,34
Grau	0,97

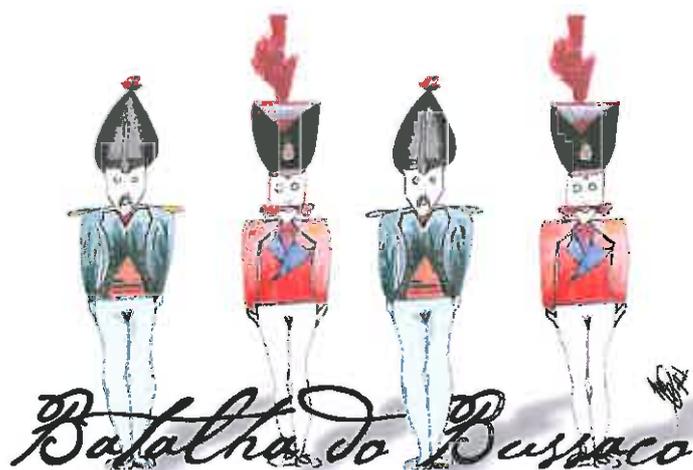
Estrutura do Endividamento

Dívidas a 3ºs Curto Prazo / Activo	
Dívidas a 3ºs Curto Prazo	416.054,65
Activo	69.324.552,70
Peso	0,60 %

Autonomia Financeira

Fundos Próprios / Activo	
Fundos Próprios	60.277.959,85
Activo	69.324.552,70
Peso	86,95 %

CONSIDERAÇÕES FINAIS



7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise aos factos espelhados neste relatório é evidente a coerência, o rigor e o realismo do orçamento proposto.

Não nos desviámos da linha de rumo traçada, não traímos a confiança dos autarcas, das freguesias nem a nossa população, não descurámos os nossos princípios e as nossas obrigações.

Apesar de ser o primeiro ano de um novo mandato, não nos deixámos embalar. Prosseguimos com confiança e segurança a estratégia de desenvolvimento que traçámos para o concelho de forma articulada e sustentada que fase após fase se torna cada vez mais evidente e visível.

Insistindo no facto da nudez dos números e dos princípios contabilísticos não espelharem nem ilustrarem o significado e o impacto de cada instrumento e de cada despesa, continuamos a afirmar que o verdadeiro reflexo das políticas e acções residem nas mudanças de comportamento e de atitudes da população; na usufruição dos bens, equipamentos e serviços que vamos colocando à disposição das nossas gentes; nos excelentes indicadores de bem-estar e qualidade de vida que apresenta o concelho; no sentido do serviço público e do espírito da missão imprimido em cada acção e em cada projecto. Porque estamos cientes da real mais-valia das actividades e projectos desenvolvidos e do seu impacto no crescimento e desenvolvimento do concelho, podemos afirmar que mais importância que a análise numérica dos resultados alcançados é a eficácia e a eficiência das políticas e das acções na vida das nossas populações.

O exercício económico do ano de 2010 evidencia-se pelos projectos e acções que marcarão para sempre a história do concelho:

- ▶ O Centro Educativo da Pampilhosa pela excelência do equipamento e pela reforma estrutural na reorganização da rede escolar do concelho;

- ▶ O Parque Urbano da Mealhada - para além de uma excelente acção de valorização a qualificação ambiental é, segundo Sidónio Pardal, um símbolo de cidadania, democracia, liberdade e comunhão solidária com o Mundo;
- ▶ As Comemorações dos 200 anos da Batalha do Buçaco - um marco histórico na cultura do concelho;
- ▶ A concretização dos projectos - âncora da estratégia “Destino Luso” que confirmou que, embora ambiciosa, a estratégia é exequível, a importância das parcerias e o imprescindível papel dos agentes económicos no desenvolvimento económico de qualquer território;

O impacto destes projectos no crescimento e desenvolvimento do concelho ultrapassa exponencialmente o esforço financeiro espelhado nas contas do relatório.

Deste modo é fundamental evidenciar o forte impacto qualitativo de todos os investimentos, políticas e acções desenvolvidas, nomeadamente:

- ▶ A requalificação e valorização que os espaços públicos intervencionados provocaram nas populações, criando condições interactivas e dinâmicas capazes de valorizar as relações sociais e intergeracionais;
- ▶ As sinergias geradas pela implementação de uma política de Educação Ambiental e Cidadania junto da população escolar, a conquista de 38 bandeiras verdes das Eco-Escolas e o reconhecimento nacional das boas-práticas do Concelho;
- ▶ Os benefícios da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular, seguindo o princípio da universalidade e da igualdade de

oportunidades, nem o valor acrescentado das parcerias desenvolvidas com as IPSS's do concelho;

- ▶ Os benefícios da Componente de Apoio à Família dirigida a todas as crianças que frequentam a rede pública de jardins-de-infância, nem o impacto das intervenções nos equipamentos e espaços exteriores dos jardins-de-infância, nem a mais-valia dos materiais e recursos lúdico-pedagógicos disponibilizados;
- ▶ As aprendizagens com a organização do “Futebol de Rua” e o reflexo nas populações de risco;
- ▶ A mais-valia e o impacto do projecto “4 Maravilhas da Mesa de Mealhada na economia e no turismo do concelho;
- ▶ As dinâmicas da Biblioteca Municipal, a interacção com as estruturas sociais, escolares e culturais, a promoção do Plano Nacional de Leitura, o impacto das expressões artísticas na promoção da leitura junto dos diferentes públicos, a presença contínua da Biblioteca na vida de toda a comunidade;
- ▶ O impacto cultural, social e educativo do Bibliomealhada em todas as povoações do concelho, interagindo com toda a população; na escola; no Centro; no jardim; em casa...;
- ▶ A Política de Integração da população imigrante, através de condições facilitadoras de acesso ao mercado de emprego, de integração no sistema educativo, de criação de espaços de partilha e valorização de práticas e costumes;

- ▶ O papel do Cine-Teatro Messias na divulgação do cinema, teatro, música - criando e conquistando públicos de todas as idades;
- ▶ A importância de estar à disposição de toda a população seis dias por semana, durante todo o ano, oferecendo produtos culturais de qualidade, do que de mais actual se faz no país, dando palco às iniciativas culturais promovidas pelas instituições do concelho
- ▶ A valorização do contexto sócio-educativo da população mais jovem, dotando-a de condições físicas de um conjunto alargado de actividades lúdico-pedagógicas enriquecedoras e promotoras de boas práticas, gerando gerações de cidadãos mais participativos e interventivos;
- ▶ A interacção com a escola, no plano de actividades anual, nas iniciativas da Autarquia, na definição de estratégias conjuntas;
- ▶ O impacto do planeamento urbanístico e as mais-valias decorrentes dos planos;
- ▶ O desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres, dirigidas a diferentes públicos, o acolhimento de estágios curriculares e formação em contexto de trabalho aos jovens estudantes;
- ▶ A mais-valia de integrar projectos estratégicos nacionais e internacionais em parceria com outras autarquias e organismos;
- ▶ O impacto de uma governação aberta e participativa, promovida pelo pelouro das freguesias, a importância das relações inter-freguesias no desenvolvimento integrado do concelho;

- ▶ Os projectos de dinamização de actividade Juvenil, o Gabinete de Apoio ao Jovem, os desafios à participação cívica da população mais jovem, a construção de espaços dedicados aos jovens;
- ▶ O impacto dos equipamentos desportivos de elevado nível no posicionamento do concelho como destino de desporto e de acontecimentos desportivos de nível nacional e internacional;
- ▶ Os benefícios do diálogo constante entre autarquia e associações na promoção cultural e social do concelho;
- ▶ O efeito da política de difusão de utilização de tecnologias de informação e comunicação em todo o concelho;
- ▶ O efeito alavancado da Escola Profissional na qualificação literária e profissional dos recursos humanos do concelho e na dinamização de parcerias e acções promotoras de desenvolvimento;
- ▶ O investimento na formação dos recursos humanos da autarquia na promoção de qualificação e modernização dos serviços;
- ▶ A promoção de uma política de “desporto para todos”, a animação dos equipamentos desportivos, o apoio às associações desportivas e as acções promotoras da prática desportiva;

E mais um sem número de acções e actividades cujo peso numérico fica muito aquém da sua expressão, importância e impacto no bem-estar e qualidade de vida da população do concelho.

Numa plataforma de bem-estar e coesão social, conseguimos atingir um excelente nível de execução orçamental e alicerçar os eixos estratégicos

de desenvolvimento: a logística e o turismo, saúde, beleza e bem-estar, suportados em projectos de âmbito nacional, em parcerias de peso e confiança.

Atingimos elevados níveis de crescimento e desenvolvimento que foram reconhecidos pela população do concelho; contribuímos para um concelho mais solidário, ajudámos a construir uma cidadania partilhada e promovemos mais segurança e mais confiança no futuro.

A população do concelho, democraticamente, renovou de uma forma clara e inequívoca a confiança no partido socialista e nesta equipa para gerir e governar este concelho nos próximos anos. Estamos cientes dessa responsabilidade e comprometemo-nos que com trabalho, honestidade e rigor faremos ainda mais e ainda melhor para o futuro!



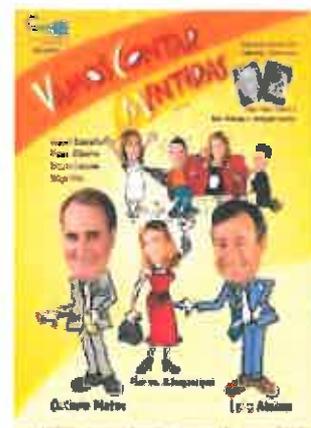
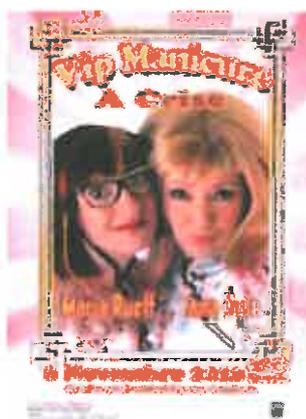
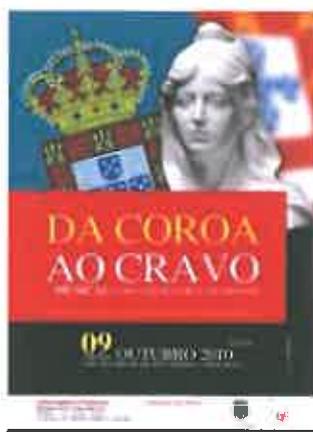
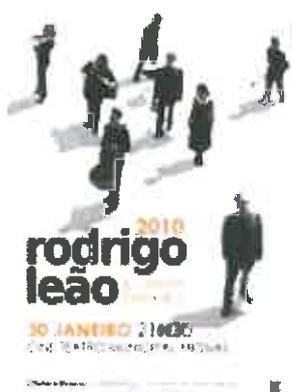


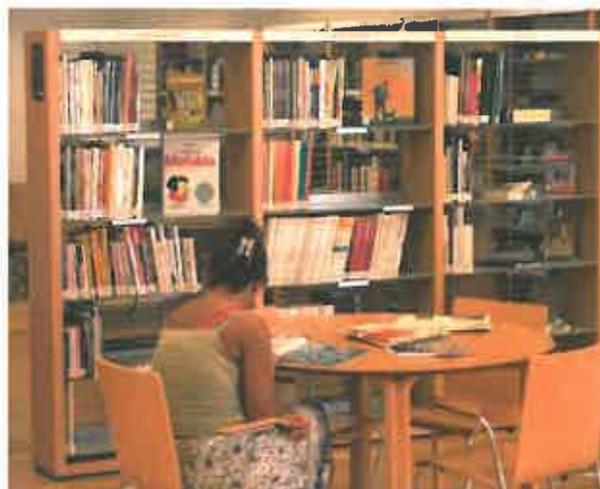














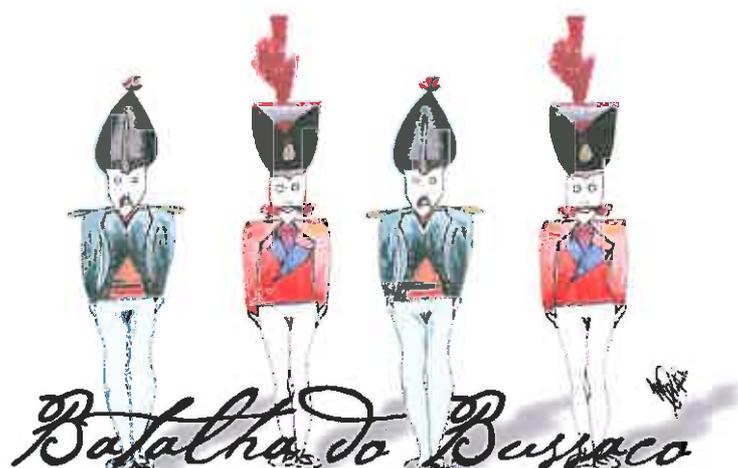


4ª Gafa Desportiva
Município de Mealhada
2010 DESPORTO





*NOTAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS*



8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Introdução

As notas ao balanço e à demonstração de resultados, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas, exigidas no ponto 2 do POCAL, no art.º 6º, do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na Resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base de continuidade das operações. Os registos contabilísticos foram efectuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade.

8.1 - Caracterização da Entidade

Para efeitos de complemento de informação sobre a Autarquia, anexa-se o mapa - Caracterização da Entidade.

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.3. Para efeitos de avaliação e actualização dos bens do **imobilizado corpóreo** e dos bens de **domínio público** da Autarquia e em cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 1 e nas alíneas h) e i), do n.º 2, do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e tendo em conta a entrada em vigor do novo Plano Oficial de



Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, foram elaboradas as normas internas de inventariação e cadastro do património municipal.

Assim, os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao **imobilizado corpóreo** e bens de **domínio público** foram os que constam dessas normas, os quais obedecem às disposições do POCAL e do CIBE.

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

- a) Para o **imobilizado** adquirido em 2010 foi utilizado o valor de aquisição ou de produção.
- b) O **imobilizado em curso** está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos. Os autos de recepção provisória de 2010 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respectivas contas de imobilizações corpóreas.
- c) Os **investimentos financeiros** (partes de capital) foram avaliados a preço de aquisição.
- d) As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado.
- e) As **dívidas de e a terceiros**, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
- f) As **disponibilidades em caixa e em depósitos bancários** exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- g) As **amortizações** foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de activo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE.

8.2.6. Os movimentos inscritos na conta **432 - Despesas de investigação e desenvolvimento** correspondem a um estudo de desenvolvimento económico do concelho.



8.2.7./ 8.2.8. Movimentos ocorridos nas rubricas do **activo imobilizado** e respectivas **amortizações e provisões**

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do **activo imobilizado**, constantes do balanço, podem ser resumidos no mapa activo bruto que se encontra em anexo. Os valores reportam-se às aquisições do exercício, a transferências de imobilizações em curso para as respectivas contas de imobilizado e a abates (decorrentes da verificação física periódica dos bens móveis).

Saliente-se que os valores constantes do activo imobilizado continuam aquém dos valores reais, uma vez que, e conforme será explicitado mais adiante na nota 8.2.14, alguns bens, propriedade do Município, não foram ainda objecto de inventariação, pelo que o balanço não reflecte os respectivos valores.

O mapa das amortizações é o que se segue em anexo.

8.2.14. A inventariação de todos os bens móveis, imóveis e veículos desta Autarquia foi efectuada pelos próprios serviços municipais.

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, os bens constitutivos do património da autarquia local são apenas aqueles que estejam registados na competente conservatória, à data de elaboração do presente relatório e contas encontram-se por inventariar um conjunto de bens relativamente aos quais não foi ainda possível dar cumprimento aos requisitos necessários à regularização da sua titularidade, nomeadamente ao seu registo predial.

Apresenta-se, de seguida, a lista dos bens supra mencionados, a respectiva justificação da impossibilidade de registo, bem como a avaliação global correspondente.



- ▶ Pavilhão Gimnodesportivo, Piscina, Cafetaria Varanda do Lago e Campos de Ténis em Luso - *aguardam aprovação de operação de loteamento para o local;*

- ▶ Piscina Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo, Escola Profissional Vasconcellos Lebre em Mealhada - *aguarda aprovação da AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal) e operação de loteamento;*

Avaliação global: 7.919.804,94 euros.

8.2.15. Os bens do domínio público que não foram objecto de amortização, de acordo com o estipulado no POCAL e nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril (CIBE), são os terrenos e recursos naturais que se encontram classificados na conta patrimonial 451 - Terrenos e recursos naturais.



8.2.16. Entidades Participadas

DENOMINAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ANO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro S.A	Coimbra	0,80%	14.641.697,00	1.182.741,00	2010
Escola Profissional da Mealhada, Lda.	Mealhada	64,10%	521.675,95	3.328,47	2010
WRC - WEB P/ a Região Centro, Agência de Desenvol. Regional, S.A.	Curia	0,36%	703.317,46	-39.516,51	2010
Agência de Desenvolvimento Regional COIMBRAVITA *	Coimbra				
Águas do Mondego, SA	Coimbra	1,14%	19.398.742,00	962.747,00	2010
Associação Coimbra Região Digital	Coimbra	6,06%	9.981,60	223.586,66	2010
Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	---	1.048.686,13	221.993,61	2009
Centro serviços Ambiente - CESAB	Mealhada	---	1.129.569,46	41.743,60	2010
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede	---	2.319.215,62	8.165,19	2010

*À data da elaboração destas Notas ao Balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao seu correcto preenchimento

8.2.26. Contas de Ordem

Garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2010 constam do mapa em anexo.



8.2.28. Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	32.898.965,42			32.898.965,42
571 - Reservas Legais	1.107.806,42	67.301,54		1.175.107,96
575 - Subsídios	150.118,24	28.188,16		178.306,24
576 - Doações	2.519.975,32			2.519.975,32
577 - Reservas Transf. Activos	920.291,42			920.291,42
59 - Resultados Transitados	20.359.701,78	1.344.030,83	67.301,54	21.636.431,07

- a) Os movimentos na conta 571-Reservas legais referem-se à constituição do reforço da reserva legal no valor de 67.301,54 euros, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal, de 16 de Abril de 2010.
- b) O aumento de 28.188,16 euros na conta 575 - Subsídios corresponde a recebimentos, ocorridos no exercício, relativos a participações, concedidas ao Município, que não se destinam nem a investimentos amortizáveis nem à exploração.
- c) O aumento registado na conta 59 - Resultados transitados refere-se à incorporação do resultado líquido do exercício de 2009. O movimento de diminuição reflecte o valor do reforço da reserva legal.

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Mapa em anexo.

8.2.31. Demonstração dos resultados financeiros



Custos e perdas, proveitos e ganhos financeiros ocorridos no exercício de 2010 constam do mapa em anexo.

8.2.32. Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas, proveitos e ganhos extraordinários ocorridos no exercício de 2010 constam do mapa em anexo.